CONJUNTURA AUSTRAL
JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH
ISSN 2178-8839

Artigo
Rev. Conj. Aust. | v. 16, n. 75 | jul./set. 2025

Águas transfronteiriças, projetos de infraestrutura e integração regional na Bacia Amazônica: inferências a partir da Bacia do Prata

Transboundary waters, infrastructure projects and regional integration in the Amazon Basin: inferences from the La Plata Basin

DOI: https://doi.org/10.22456/2178-8839.146834

Wilton Dias
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
wdbar@outlook.com

Resumo

Esse artigo analisa a relação entre a gestão de recursos naturais compartilhados, projetos de infraestrutura e integração regional na Bacia Amazônica, tomando como referência as experiências da Bacia do Prata. O objetivo é compreender de que forma a governança das águas transfronteiriças e o desenvolvimento de infraestruturas podem contribuir para a construção de uma agenda de cooperação robusta entre os países amazônicos. A pesquisa adota uma metodologia de análise histórico-comparada, utilizando fontes primárias – como documentos oficiais e relatórios institucionais – e secundárias, especialmente literatura acadêmica. A análise mostra que, ao contrário da Bacia do Prata, onde a cooperação em torno das águas e das infraestruturas gerou interdependência e culminou na criação de arcabouços institucionais como o CIC, a Bacia Amazônica apresenta uma trajetória marcada por tensões em torno da soberania e baixa institucionalização da cooperação. Conclui-se que as experiências da Bacia do Prata podem orientar o fortalecimento da OTCA e o avanço de uma agenda regional amazônica integrada e sustentável, conforme recentemente sugerido pela Declaração de Belém.

Palavras-chave: Amazônia; Bacia do Prata; águas transfronteiriças.

Abstract

This paper analyzes the relationship between the management of shared natural resources, infrastructure projects, and regional integration in the Amazon Basin, using the experiences of the La Plata Basin as a reference. The objective is to understand how the governance of transboundary waters and the development of infrastructure can contribute to building a robust cooperation agenda among Amazonian countries. The research adopts a comparative historical analysis methodology, drawing on primary sources – such as official documents and institutional reports – and secondary sources, particularly academic literature. The analysis shows that, unlike the La Plata Basin, where cooperation around water resources and infrastructure fostered interdependence and led to the creation of institutional frameworks such as the CIC, the Amazon Basin follows a trajectory marked by tensions surrounding sovereignty and a low degree of institutionalized cooperation. It concludes that the experiences from the La Plata Basin may guide the strengthening of the OTCA and the advancement of an integrated and sustainable regional agenda for the Amazon, as recently proposed by the Belém Declaration.

Keywords: Amazon; La Plata Basin; transboundary waters.

Recebido: 09 Abril 2025
Aceito: 21 Agosto 2025

Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A Amazônia ocupa espaço central nos debates sobre o quadro de mudanças climáticas que afeta todo o mundo na atualidade. No contexto político regional, a preservação da Amazônia, em seus diversos aspectos, tem sido um dos principais fatores de aproximação entre o Brasil e outros países amazônicos nas últimas décadas. Internamente, cada país amazônico encontra suas próprias dificuldades de colocar em prática suas agendas ambientais relacionadas com a preservação e o uso sustentável da Amazônia. As diferentes dimensões que envolvem a Amazônia – internacional, regional e nacional (Aragón, 2018) – complexificam a construção de uma agenda de cooperação entre os países que compartilham esse espaço geográfico. A construção dessa agenda traria impactos positivos para os propósitos da governança ambiental e do aprofundamento da integração física e política entre os países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), nomeadamente Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Ao contrário do processo histórico observado entre os países da Bacia do Prata, compartilhada por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, as iniciativas de cooperação regional na Bacia Amazônica enfrentam maiores dificuldades para avançar no plano político-institucional. Esse artigo infere sobre como a governança de recursos naturais compartilhados – com foco nas águas transfronteiriças – e a construção de projetos de infraestrutura poderiam contribuir para o propósito da integração regional na Bacia Amazônica. Toma-se como referência para a análise os processos cooperativos em torno dessas agendas levados a cabo entre os países da Bacia do Prata. A pesquisa busca responder às seguintes perguntas: de quais formas e até que ponto a governança de recursos naturais compartilhados e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura podem contribuir para a integração entre os países que compartilham a Bacia Amazônica? É possível olhar para o caso da Bacia do Prata para inferir sobre o caso amazônico?

A análise comparativa entre as bacias Amazônica e do Prata justifica-se pela proximidade político-institucional de seus processos de integração, associada à localização geográfica na América do Sul e ao protagonismo do Brasil na promoção dessas agendas. Apesar dessa proximidade, cada região possui suas próprias especificidades e desafios sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais e geográficos. Ao adotar a cooperação sobre águas transfronteiriças e projetos de infraestrutura como variáveis comparativas, busca-se compreender de que modo as experiências platinas nessas áreas contribuíram para a integração regional e como podem fortalecer a integração amazônica. Ressalta-se, contudo, que não se trata de replicar um modelo, mas de extrair lições à luz das particularidades de cada contexto.

Nesse sentido, o objetivo é compreender de que forma a governança das águas transfronteiriças e o desenvolvimento de infraestruturas podem contribuir para a construção de uma agenda de cooperação robusta entre os países amazônicos. Há uma escassez de pesquisas empíricas dedicadas a compreender como se desenvolvem os processos de cooperação em torno dos recursos naturais e das infraestruturas entre os países amazônicos. A busca por bibliografia sobre essa temática em diferentes repositórios se mostra difícil. A maioria das pesquisas foi realizada entre o século XX e início do século XXI. Nesse sentido, faz-se urgente a criação de uma agenda de pesquisa voltada para entender as problemáticas da Bacia Amazônica através de lentes contemporâneas, considerando o atual momento de discussão da agenda ambiental e a centralidade da Amazônia nesse debate.

A pesquisa utiliza o método de análise histórico-comparada (Mahoney; Rueschemeyer, 2003). Essa metodologia permite examinar a formação de processos políticos e institucionais ao longo do tempo e comparar as trajetórias em termos de padrões, continuidades e rupturas. Sabendo-se da importância das águas transfronteiriças e dos projetos de infraestrutura para o desenvolvimento da integração platina, infere-se sobre o papel dessas variáveis na promoção da integração amazônica. Para a análise, utilizam-se fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluem documentos oficiais, relatórios produzidos por instituições ligadas ao tema da pesquisa e matérias jornalísticas. As fontes secundárias são compostas por textos acadêmicos. Também foram acessados os relatórios produzidos pelo Observatório Político Sul-Americano do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Houve a tentativa de

contatar representantes da OTCA para a realização de entrevistas. No entanto, após tentativas de contato por telefone, e-mail e presencial, o esforço não foi frutífero. As entrevistas seriam fontes valiosas para entender como se dá a atuação da OTCA no âmbito do escopo dessa pesquisa, especialmente por haver escassez de documentos institucionais que sistematizem o trabalho realizado pela organização.

Além dessa introdução, a pesquisa está dividida da seguinte forma: o segundo tópico faz uma revisão da literatura que trata do uso de recursos naturais compartilhados – com foco nas águas transfronteiriças – e de projetos de infraestrutura como instrumentos para a promoção da cooperação e da integração regional. O terceiro tópico apresenta uma análise histórica dos processos de cooperação ocorridos entre os países da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica. Enquanto na Bacia do Prata existe uma multiplicidade de iniciativas, na Bacia Amazônica o foco principal é dado ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e à OTCA. No quarto tópico, é feita uma discussão sobre os principais resultados encontrados. A pesquisa conclui com reflexões sobre os achados e inferências para a agenda amazônica de recursos naturais, infraestrutura e integração.

Recursos naturais compartilhados e projetos de infraestrutura como instrumentos para a integração regional

Os recursos naturais compartilhados e os projetos de infraestrutura são elementos centrais nos debates sobre integração regional. Além de gerar interdependência econômica, a cooperação nesses campos contribui para moldar dimensões políticas, sociais e ambientais ao exigir mecanismos de governança e coordenação entre os Estados. Este tópico revisa a literatura dedicada a esses dois aspectos, com destaque para o papel das águas transfronteiriças e das infraestruturas na construção de processos de integração.

Governança de recursos naturais compartilhados: as águas transfronteiriças

As águas transfronteiriças abrem caminhos para a cooperação em torno do seu uso, com impactos importantes para outras áreas da vida política, econômica e social dos Estados envolvidos (Klimes *et al*., 2019). Em contextos de disputas por esses recursos, as diferenças de poder podem criar relações de desequilíbrio quanto ao acesso e uso (Zeitoun; Warner, 2006). Não obstante, a cooperação é vista como a via mais recorrente em estudos que traçaram a relação cooperação-conflito em torno das águas transfronteiriças (Wolf, 1999). A grande disponibilidade de águas transfronteiriças na América do Sul abre espaço para que os países que dividem esse espaço geográfico construam uma agenda de cooperação em torno das águas (Souza; Veloso; dos Santos, 2014). Esse aspecto é importante, pois cria incentivos para que outras instâncias relacionadas com a governança de recursos naturais entrem em curso, especialmente na Bacia Amazônica. Dentro do cenário de mudanças climáticas vivido atualmente, a construção de aparatos institucionais que regulem o uso compartilhado de recursos naturais contribui para uma maior estabilidade política regional (Dinar *et al*., 2015).

O papel das águas transfronteiriças para a governança e a estabilidade política regional tem sido objeto de estudos em diversas regiões do mundo. No contexto asiático, diversos estudos chamaram a atenção para essa problemática, por exemplo, na Bacia do Rio Mekong (Sneddon; Fox, 2006; Dore; Lebel; Molle, 2012; Ho, 2016). Na África, as águas transfronteiriças desempenham papel importante na dinâmica política regional por muitos países compartilharem rios contíguos, especialmente nos territórios que integram a Bacia do Nilo (Adar, 2007; Hassan; Rasheedy, 2007; Cascão, 2008; Tawfik, 2016; Yihdego; Rieu-Clarke; Cascão, 2016). Na Europa, o uso compartilhado de rios transfronteiriços se desenvolveu com um sofisticado aparato institucional de governança (Baranyai, 2020). Apesar desse fato, o atual cenário de mudanças climáticas impõe desafios para o uso sustentável desses recursos entre os países membros da União Europeia (Baranyai, 2019; 2020). Esses exemplos evidenciam como a gestão e governança das águas transfronteiriças influenciam as dinâmicas políticas regionais.

Além dos fatores políticos e de governança que permeiam o uso das águas compartilhadas, elas também oferecem incentivos para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura compartilhados (Betiol, 1983, p. 33-62). Rios internacionais podem ser usados para a construção de usinas geradoras de energia elétrica que, não obstante os grandes impactos ambientais que elas ocasionam, ainda são consideradas como uma fonte de energia renovável (Soito; Freitas, 2011). Para os países amazônicos, esse é um fator relevante, pois a região é vista como a nova fronteira para a construção de usinas hidrelétricas, especialmente por parte do Brasil (Ansar *et al*., 2014). Em momentos recentes, a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio pelo Brasil no rio Madeira causou atritos diplomáticos com a Bolívia por motivo da construção das barragens e do uso das águas do rio compartilhado pelos dois países (Fearnside, 2013; França, 2015). O aproveitamento das águas transfronteiriças para projetos como usinas hidrelétricas ressalta a necessidade de equilibrar os benefícios econômicos e energéticos com a preservação ambiental e a gestão política (Vij; Warner; Barua, 2020), especialmente em regiões de intensa interdependência, como a da Bacia Amazônica (Brown; Purcell, 2005).

A literatura demonstra que a cooperação em torno das águas transfronteiriças contribui para a estabilidade política regional, especialmente em um contexto global marcado pelas mudanças climáticas e pela crescente demanda por energia e recursos naturais (Rogers *et al*., 2023). A gestão compartilhada das águas promove a construção de aparatos institucionais capazes de equilibrar interesses nacionais e regionais, além de fomentar projetos de infraestrutura que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico (Menga, 2016). No contexto sul-americano, as experiências cooperativas na Bacia do Prata mostram a importância política das águas transfronteiriças para a estabilidade política e a integração regional (Espíndola; Ribeiro, 2020). Na Amazônia, a governança das águas transfronteiriças apresenta-se como uma oportunidade para fortalecer a integração regional e promover o desenvolvimento sustentável.

O papel das infraestruturas na construção da integração regional

O desenvolvimento de projetos de infraestrutura compartilhados se constitui como veículo essencial na construção das bases físicas para o alcance da integração regional (Schipper; Schot, 2011). Do ponto de vista político, as infraestruturas possuem a capacidade de aproximar diferentes partes por meio de aparatos institucionais necessários para o seu funcionamento e a sua manutenção (Bueger; Liebetrau; Stockbruegger, 2023). Por essa perspectiva, as infraestruturas são mais que artefatos materiais que cumprem uma função puramente operacional. As infraestruturas desempenham papel importante para o estabelecimento e o aprofundamento das relações em nível cultural, processual e político (Leander, 2021). Essa dimensão que incorpora as infraestruturas revela um aspecto pouco explorado sobre seu papel subjetivo na construção da realidade social (Addie; Glass; Nelles, 2020).

As infraestruturas, tais como estradas, redes elétricas, portos, pontes e outras, servem como os meios físicos para a realização da integração de Estados e regiões (Petry, 2023). As infraestruturas institucionais servem como meio político (Glass; Addie; Nelles, 2019). Essas duas formas de infraestruturalismo são importantes para a construção do sentido que orienta as relações das partes envolvidas em processos de integração ao moldar suas ações e interesses através de ideias, normas, regras e práticas (Tichenor *et al*., 2022). Visto que a integração regional não é um processo linear (Schot, 2010), o seu desenvolvimento deve ser capaz de acomodar interesses divergentes tanto no nível interno quanto no nível externo das partes envolvidas. A criação de arcabouços que comportem as diferentes visões acerca da integração envolve a criação de infraestruturas físicas e institucionais (Gilbert, 2008). Dessa forma, entende-se que as infraestruturas físicas e institucionais são pilares fundamentais para viabilizar a integração regional ao promover a aproximação e a harmonização de interesses dos atores envolvidos no processo.

Do ponto de vista interno dos Estados, as infraestruturas são pensadas principalmente como meios para a melhoria dos quadros econômicos e sociais (Amador-Jimenez; Willis, 2012). O mesmo sentido é aplicado quando se pensam as infraestruturas a nível regional (Chen; Vickerman, 2017). Esse aspecto é especialmente verdadeiro para regiões

e países em desenvolvimento, onde a carência de infraestruturas está relacionada com suas debilidades econômicas e sociais (Jerome; Nabena, 2016). Construir infraestruturas como vias para a integração regional encontra suporte na ideia de que a integração gera incentivos para o desenvolvimento ao interconectar sociedades e economias e elevar o grau de competitividade e de barganha dos países envolvidos no processo (Martí-Henneberg, 2021). Dessa forma, as infraestruturas que conectam uma região impulsionam o seu desenvolvimento socioeconômico ao fortalecer as conexões entre os países e ampliar suas oportunidades no cenário global (Neves; Honório, 2024).

Dessa forma, entende-se que as infraestruturas desempenham papel central no processo de integração regional ao criar as bases materiais e institucionais para a harmonização de interesses (Wheeler *et al*., 2016). Contudo, para que tenham maior efetividade, as infraestruturas precisam transcender uma visão puramente funcional e logística. Elas devem incorporar as dimensões sociais, culturais e ambientais. Esse fato é especialmente relevante em contextos como o dos países amazônicos, onde os desafios relacionados à sustentabilidade e à inclusão são mais prioritários (Porto-Gonçalves; Quental, 2012). A integração regional por meio de infraestruturas deve ser vista como uma oportunidade estratégica para fortalecer laços regionais, fomentar o desenvolvimento sustentável e construir modelos de cooperação que sejam vantajosos para todas as partes envolvidas.

Os processos cooperativos entre os países da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica em perspectiva histórica-comparada

Esse tópico discute os processos cooperativos entre os países da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica em perspectiva histórico-comparada. A análise é feita em torno dos processos de cooperação que entraram em curso nas duas regiões a partir da década de 1960 na Bacia do Prata e da década de 1970 na Bacia Amazônica. O recorte temporal foi elegido dessa forma, pois os arranjos institucionais cooperativos em vigor na atualidade entre países platinos e amazônicos remontam a esse período. O foco principal é dado nas agendas relacionadas com o uso compartilhado das águas transfronteiriças, a construção de obras de infraestrutura e a institucionalização das políticas para a cooperação e a integração regional.

A Bacia do Prata e a construção da integração regional no Cone Sul

A Bacia do Prata abrange cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai (Pochat, 2011). Os países que dividem a Bacia do Prata são membros da principal iniciativa para a integração regional na América do Sul, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (Bressan; Garcia, 2023).[1] As primeiras iniciativas institucionais de cooperação entre os países que compõem a Bacia do Prata se deram em função do uso das águas transfronteiriças e da construção de projetos de infraestrutura compartilhados (Siegel, 2017). A cooperação iniciada na década de 1960 em torno dessas agendas contribuiu para criar os pilares da integração regional ao promover tanto a conexão física como a aproximação política dos países platinos.

Na década de 1960, a decisão brasileira de construir uma hidrelétrica na região de Sete Quedas no rio Paraná colocou as águas transfronteiriças no centro das questões geopolíticas do Cone Sul do continente americano (Cotrim, 1999, p. 23-48). Esse fato tensionou as relações brasileiras com os paraguaios – e também argentinos – e abriu caminho para a assinatura da Ata das Cataratas em 1966 (Blanc, 2018). A Ata das Cataratas estabeleceu o princípio de equidade entre o Brasil e o Paraguai sob os benefícios derivados do aproveitamento das águas do rio Paraná para a construção de projetos de infraestrutura na região de fronteira entre os dois países (Debernardi, 1996, p. 62-77). Os acertos feitos na Ata das Cataratas serviram como base para que Brasil e Paraguai assinassem o Tratado de Itaipu em 1973, o qual estabeleceu as

[1] Em 6 de dezembro de 2024, a Bolívia participou da 65ª Cúpula de Presidentes do MERCOSUL como membro pleno do bloco.

bases jurídicas e econômicas para a construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu (Betiol, 1983, p. 193-234). Derivado do processo de construção de Itaipu, Argentina, Brasil e Paraguai assinaram em 1979 o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus. O documento do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus estabeleceu parâmetros técnicos que permitiriam que a Argentina construísse a hidrelétrica de Corpus no trecho a jusante do rio Paraná (Cotrim, 1999, p. 112-115), projeto que nunca foi realizado.

Em termos de institucionalização de políticas para o uso integrado da Bacia do Prata, as iniciativas ganharam fôlego com a Declaração Conjunta dos Chanceleres da Bacia do Prata, em 27 de fevereiro de 1967. O primeiro artigo do documento postulava a decisão dos governos platinos de "realizar o estudo conjunto e integral da Bacia do Prata, com vistas à implementação de um programa de obras multinacionais, bilaterais e nacionais, úteis ao progresso da região" (Declaración..., 1967). O processo teve continuidade com a criação do primeiro estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC), em 1968. Derivado desse mesmo processo, em 23 de abril de 1969, foi assinado, em Brasília, o Tratado da Bacia do Prata (TBP), que entrou em vigência em 14 de agosto de 1970. Esse conjunto de iniciativas institucionalizou os parâmetros para o uso compartilhado das águas transfronteiriças da Bacia do Prata de forma integrada e para a construção de infraestruturas físicas pensadas tanto para a promoção do desenvolvimento quanto para a integração dos países platinos.

Dentro desse arcabouço institucional, cabe frisar a centralidade do CIC como instância de mediação de conflitos e de coordenação de atividades e projetos desenvolvidos em níveis bilateral e multilateral, dado que o TBP permite ambos os modelos de acordo (Tratado da Bacia Do Prata, 1969). Villar, Ribeiro e Sant'anna (2018, p. 7) tipificaram, além do CIC, outros seis modelos de organizações que contribuem para a governança da Bacia do Prata: i) organizações internacionais para gestão e desenvolvimento de bacias hidrográficas; ii) organizações internacionais para o desenvolvimento de trechos fluviais; iii) organizações de financiamento internacional; iv) organizações internacionais dedicadas a melhorar a navegação; v) organizações internacionais para a operação de projetos de energia; e vi) comissões técnicas para o desenvolvimento de projetos e ações conjuntas. Esse conjunto de organizações contribui para fortalecer a cooperação em diferentes escalas, desde toda a bacia hidrográfica até sub-bacias, rios individuais e extensões de rios. O quadro abaixo apresenta algumas das organizações bilaterais e multilaterais constituídas entre países da Bacia do Prata a partir da década de 1960. O quadro também mostra os países membros de cada organização.

Quadro 1 – Organizações multilaterais constituídas entre países da Bacia do Prata

Ano de criação	Nome da organização	Países participantes				
		AR	BO	BR	PA	UR
1967	Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC)	X	X	X	X	X
1971	Comissão Mista Paraguaio-Argentina do Rio Paraná (COMIP)	X	-	-	X	-
1973	Itaipu Binacional	-	-	X	X	-
1973	Comissão Administrativa do Rio da Prata (CARP)	X	-	-	-	X
1973	Comissão Técnica Conjunta da Frente Marítima (CTFMM)	X	-	-	-	X
1973	Entidade Binacional Yacyretá (EBY)	X	-	-	X	-
1975	Comissão Administrativa do Rio Uruguai (CARU)	X	-	-	-	X

1976	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)	X	X	X	X	X
1989	Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH)	X	X	X	X	X
1991	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	X	X	X	X	X
1991	Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM)	-	-	X	-	X
1993	Comissão Binacional da Bacia do Baixo Rio Pilcomayo	X	-	-	X	-
1995	Comissão Trinacional para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Pilcomayo	X	X	-	X	-
1995	Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Bacia Alta do Rio Bermejo e do Rio Grande de Tarija (COBINABE)	X	X	-	-	-
2006	Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa (CRA)	-	-	X	X	-

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com informações disponíveis em CIC (2017, p. 145).

É importante ressaltar que algumas organizações dessa lista, como a Itaipu Binacional e a Entidade Binacional Yacyretá, são derivadas da construção de infraestruturas compartilhadas, ambas hidrelétricas. A construção de Itaipu, além de fornecer energia elétrica para o Brasil e o Paraguai, fortaleceu seus laços políticos e econômicos, gerando, ainda, efeitos políticos importantes para a cooperação a nível regional (Dias, 2025). A Usina Hidrelétrica de Yaceretá, dividida entre a Argentina e o Paraguai, também é exemplo de cooperação em torno de uma grande obra de infraestrutura hidrelétrica compartilhada. Além de infraestruturas do setor elétrico, os países da região desenvolveram a conexão física por meio de pontes, rodovias e redes de transporte fluviais, como a hidrovia Paraguai-Paraná (Zugaib, 2006).

Na Bacia do Prata a convergência de interesses em torno do uso das águas transfronteiriças impulsionou a criação de estruturas formais de negociação, contribuindo para a estabilidade política e a cooperação entre os países platinos (Villar; Ribeiro; Sant'anna, 2018). A atuação de instituições como o CIC evidencia a institucionalização da governança regional platina e a gestão coordenada dos recursos hídricos para fins de desenvolvimento de projetos estratégicos (Espíndola; Ribeiro, 2020). Essas experiências demonstram que, a cooperação em torno das águas transfronteiriças e das infraestruturas, pode gerar benefícios que vão além da gestão dos recursos hídricos. Dentre os benefícios incluem-se a promoção da estabilidade regional, da aproximação política e da interdependência econômica.

Não obstante, é importante mencionar que, mesmo contando com um robusto aparato institucional para a cooperação, acontecem atritos entre os países platinos no tocante ao uso compartilhado das águas transfronteiriças. Por exemplo, o compartilhamento da usina hidrelétrica de Itaipu entre Brasil e Paraguai, no rio Paraná, tem gerado disputas recorrentes (Folch, 2019), assim como situações de conflito ligadas a outros rios na Bacia do Prata (Espíndola; Ribeiro, 2020). Por isso, a importância da existência de instituições como o CIC que, além de servir como uma instância de mediação, atua na elaboração contínua de uma agenda de cooperação e de prevenção de conflitos (CIC, 2017).

Os caminhos da cooperação e da integração entre países amazônicos

Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela deram o primeiro passo formal para a institucionalização da cooperação entre os países amazônicos através da assinatura do TCA, em 1978. Na interpretação de Ricupero (1984), a origem do TCA refletiu uma tendência global de abordar, de maneira integrada, questões relacionadas

a bacias hidrográficas transnacionais e a regiões geográficas mais amplas por meio de acordos de cooperação. Dessa forma, assim como verificado no TBP, pode-se entender que as águas transfronteiriças tiveram centralidade no processo de institucionalização da cooperação entre os países amazônicos. Houve, no entanto, desde os momentos iniciais à assinatura do TCA, críticas quanto à ausência de um direcionamento da cooperação como via para a integração regional no texto do TCA, algo presente no TBP (Velasco, 1979).

Ao tempo, as críticas sobre o aspecto da integração regional dirigiram-se à ausência da ideia de bacia hidrográfica, em prioridade à noção de "territórios amazônicos" no documento do TCA. O foco em territórios exaltava a soberania dos Estados amazônicos sobre seus espaços em detrimento de uma abordagem de desenvolvimento da Bacia Amazônica de forma integral (Velasco, 1979). Embora Ricupero (1984), que esteve à frente das negociações do TCA representando o Brasil, tenha interpretado a assinatura do TCA como uma iniciativa para abordar de forma integrada a bacia hidrográfica amazônica, esse aspecto não está presente no texto do documento. De fato, as menções sobre o TCA se constituir como um meio para a integração física entre os países amazônicos foram retiradas nas primeiras discussões para elaboração do texto final devido a oposições do Peru, da Bolívia e da Venezuela (Antiquera, 2006, p. 61-62).

Nunes (2016) aponta que a assinatura do TCA aconteceu em um momento histórico de crescente interesse internacional sobre a pauta ambiental.[2] Havia, entre os países amazônicos, a necessidade de resguardar seus interesses e soberania sobre a Amazônia. Nesse sentido, a reafirmação da soberania sobre o território amazônico e seus recursos naturais no TCA, tinha a finalidade de "garantir a continuidade dos projetos econômicos na região e afastar o fantasma da internacionalização" além de "apresentar à sociedade internacional um documento que resguardasse a exclusividade da gestão dos problemas amazônicos [para os países amazônicos]" (Nunes, 2016, p. 223). A estrutura do TCA refletia uma estratégia diplomática dos países amazônicos para consolidar sua autonomia decisória diante das pressões externas, sobretudo das discussões emergentes sobre a Amazônia como um "patrimônio da humanidade" (Nunes, 2016). A nível regional, o Brasil buscava se aproximar dos países da porção norte da América do Sul e o TCA se tornou o meio formal para esse processo (Antiquera, 2006, p. 57-58). É importante ter em mente que o TCA foi constituído por meio da iniciativa do Brasil.

A ênfase na soberania e na proteção dos interesses nacionais, no entanto, acabou limitando o potencial do TCA como instrumento político para a promoção da cooperação e da integração entre os países amazônicos. Somado a isso, havia o fato de que o TCA era um acordo sem um aparato institucional dedicado a implementar as ações previstas no texto do documento (Albuquerque, 2024). Somente na década de 1990 houve uma nova articulação para superar essas limitações através da criação da OTCA. A criação da OTCA teve como objetivo dar fins práticos para as diretrizes acertadas no documento do TCA sendo instituída através de um protocolo de emenda ao TCA assinado em 1998. Em 2002, foi assinado um acordo entre o Brasil e a OTCA que estabeleceu a cidade de Brasília como sede da Secretaria Permanente (SP) da OTCA. A SP possui pessoal próprio e tem como objetivo fortalecer e implementar os objetivos do TCA (MRE, 2024). A atuação da OTCA, no entanto, seja no âmbito da própria organização ou da SP, permanece pouco efetiva, sendo as principais ações realizadas constituídas de projetos de cooperação técnica com alcance e escopo institucional limitados (Albuquerque, 2024).[3]

Conforme estabelecido no texto do TCA, outra instância que serviria como foro deliberativo para a discussão de ações de institucionalização da cooperação entre os países amazônicos seria a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Amazônicos. No entanto, segundo Filippi e Macedo (2021, p. 207), além da falta de periodicidade

[2] Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na Suécia. Essa foi a primeira conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para debater as problemáticas ambientais em nível global, tratando a questão através de uma abordagem coletiva. Tanto as águas transfronteiriças quanto a Amazônia foram tópicos de debate durante o evento.

[3] Para análise mais aprofundada sobre a atuação da OTCA, acessar os relatórios produzidos pelo Observatório Político Sul-Americano do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no endereço: drive.google.com/drive/u/0/folders/16Th04OHlqf-uXainmsK_E6PFSATzE2b8.

das reuniões, a análise das atas mostra que os encontros servem "muito mais para o exercício de retórica diplomática acerca dos temas amazônicos do que, propriamente, de eventos tendentes a se direcionar em atos de cooperação real e efetiva entre os Estados-membros". A dificuldade de construir práticas em torno de uma agenda para a cooperação e a solução de problemas na região amazônica é uma realidade. No caso do Brasil, os representantes tendem a adotar diferentes discursos sobre a Amazônia a depender da audiência – nacional, regional ou internacional – para a qual o discurso é direcionado (Silva-Muller; Sposito, 2024). A inexistência de um foro institucional de cooperação efetivo entre os países amazônicos contrasta com os processos políticos alcançados na Bacia do Prata (Ravena; Cañete, 2007).

Por exemplo, durante a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, processo que culminou em um atrito diplomático entre a Bolívia e o Brasil, o governo brasileiro ventilou a possibilidade de construir uma usina binacional boliviana-brasileira no rio Madeira (França, 2015).[4] No contexto, as conversações sobre o desenvolvimento desse projeto de integração energética era de que a binacional poderia ser alocada no âmbito dos processos de integração energética existentes no MERCOSUL[5] - não obstante o fato de se tratar de um projeto em um rio amazônico. Esse exemplo ilustra como a ausência de uma cooperação institucionalizada entre os países amazônicos dificulta a formulação e a implementação de políticas conjuntas sobre temas de interesse comum, como as infraestruturas[6].

Ainda no tocante ao desenvolvimento de infraestruturas como vias para a integração regional, em momentos históricos recentes, a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) propôs diversos eixos pensados para esse fim na região amazônica (Passos, 2013). Essa iniciativa, no entanto, não foi coordenada dentro do arcabouço institucional da OTCA e atualmente encontra diversos tipos de entraves políticos, econômicos e ambientais para sua realização. Enquanto instância pensada para a promoção da cooperação e da integração regional amazônica, a OTCA concentra suas atividades em iniciativas de caráter técnico, conforme comentado anteriormente. Dentre os projetos executados pela OTCA que estão listados no *website* da organização, nenhum diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas e apenas um tem relação direta com a gestão das águas transfronteiriças. O quadro a seguir compila a lista completa.

Quadro 2 – Projetos de cooperação executados pela OTCA

Projeto	Objetivo	Tipo
OTCA Biomaz: Apoio ao programa de biodiversidade da OTCA no âmbito da CDB na América Latina	Dispor de um marco estratégico regional para gerir de forma coordenada a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos na região amazônica	Cooperação técnica
OTCA/PNUMA/GEF- Gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas considerando a variabilidade e as mudanças climáticas	Fortalecer a estrutura institucional para o planejamento e execução de atividades estratégicas de proteção e gestão sustentável dos recursos hídricos da bacia Amazônica frente às mudanças climáticas na região	Cooperação técnica
Projeto Monitoramento da Cobertura Florestal na Região Amazônica" / "Monitoramento do Desmatamento, Aproveitamento Florestal e Mudanças no Uso da Terra na Floresta Pan-Amazônica	Promover o desenvolvimento de informações sobre a extensão e a qualidade da cobertura florestal amazônica, assim como a elaboração de planos nacionais de monitoramento da cobertura florestal	Cooperação técnica
Programa "Marco Estratégico para a Elaboração de uma Agenda Regional de Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial – PIACI"	Contribuir para a Agenda Regional de Proteção aos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI	Cooperação técnica

[4] O atrito diplomático foi motivado por preocupações da Bolívia quanto à possibilidade de inundação de partes de seu território em razão da construção, no Brasil, das barragens das hidrelétricas.

[5] Ministério das Relações Exteriores. Telegrama Nº 00904 da Embaixada do Brasil em La Paz para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Reservado. Recebido em: 06 jul. 2011.

[6] Cabe mencionar que a Bolívia possui a ambiguidade de compartilhar com o Brasil a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica. Porém, a problemática em foco tratava diretamente sobre uma questão amazônica.

Projeto "Fortalecimento institucional dos Países Membros da OTCA em gestão florestal ecologicamente responsável e conservação da biodiversidade nas florestas manejadas na Amazônia" (OIMT/CDB/OTCA)	Fortalecer e desenvolver as capacidades para a gestão sustentável e a conservação da biodiversidade da floresta amazônica, nos diferentes atores do setor florestal dos países membros	Cooperação técnica
Programa Sistema de Vigilância em saúde Ambiental para a Região Amazônica (PVSA)	Desenvolver iniciativas nacionais e internacionais coordenadas entre os Países Membros para melhorar a saúde das populações amazônicas	Cooperação técnica
Projeto de apoio à Agenda Social Amazônica da OTCA	Diagnosticar o perfil das políticas sociais nos oito Países Membros, por meio de pesquisas de tecnologias sociais e mapeamento de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, habitação, produção familiar, energia e comunicação	Cooperação técnica

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas informações disponíveis no website: https://otca.org/pt/projetos-executados/. Acesso em: 14 ago. 2025.

Nota-se um escopo puramente técnico dos projetos realizados e chama a atenção o baixo quantitativo. Diante da diversidade de desafios que marcam a Bacia Amazônica e da longa trajetória da OTCA, seria razoável esperar que a principal instituição de coordenação intergovernamental da região conduzisse uma agenda mais ampla, voltada para superar as múltiplas lacunas estruturais presentes. Além disso, a inexistência de projetos direcionados para a promoção da integração física amazônica reforça a ideia de que a OTCA opera por meio de uma retórica política de baixa institucionalidade e com poucas ações de nível prático.

No passado recente, a Amazônia esteve novamente no foco dos noticiários internacionais devido ao grande número de queimadas que atingiram a região, especialmente em sua porção brasileira. Durante a administração de Jair Bolsonaro (2019-2022), a região também foi destaque por motivos do grande avanço do desmatamento e pelo desmantelamento de muitas das políticas de fiscalização e proteção ambiental (Menezes; Barbosa Jr., 2021). Em função desse cenário, foi realizada no Brasil, em 2023, a IV Reunião dos presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (Agência Gov., 2023). Durante a reunião, foram discutidas novas políticas para promoção da cooperação entre os países amazônicos que resultaram na formulação do documento denominado "Declaração de Belém". Nesse novo contexto, a OTCA foi novamente reafirmada como "a única instância de coordenação intergovernamental dos oito países amazônicos" (Declaração de Belém, 2023). Há, nesse sentido, expectativas de que a centralidade dos debates sobre a preservação ambiental e as mudanças climáticas na agenda ambiental global tornem a instituição mais proativa na criação de estratégias para a coordenação de políticas no âmbito da cooperação e da integração entre os países amazônicos.

Inferências sobre os processos de cooperação na Bacia Amazônica a partir dos exemplos da Bacia do Prata

Esse tópico discute os achados da pesquisa. O texto segue duas linhas argumentativas: i) Atesta-se que os processos de cooperação em torno das águas transfronteiriças e de projetos de infraestrutura na Bacia do Prata tiveram implicações importantes para fomentar a interdependência entre os países daquela região, contribuindo para o aprendizado institucional que culminou na criação do MERCOSUL; ii) Por outro lado, argumenta-se que, na Bacia Amazônica, o esforço para a criação de um aparato institucional para promoção da cooperação – o TCA – aconteceu de forma reticente, devido a preocupações acerca da soberania dos Estados-parte. Esse aspecto contribuiu para as limitações que o TCA encontrou como instrumento formal para a institucionalização da cooperação entre os países amazônicos. Mesmo após a criação da OTCA, não houve iniciativas robustas para fomentar a interdependência – física e política – entre os seus países-membros. Isso ajuda a explicar o atual contexto em que a cooperação e a integração entre os países da Bacia Amazônica ainda acontecem de forma incipiente.

Na Bacia do Prata, as iniciativas para a cooperação em torno das águas transfronteiriças criaram incentivos para a aproximação política dos países platinos através do estabelecimento de acordos de uso compartilhado desse recurso

natural (Espíndola; Ribeiro, 2020). A construção de obras de infraestrutura que acompanharam esse processo também contribuiu para aprofundar a interdependência entre os países da região – a exemplo da Itaipu Binacional e da Entidade Binacional Yacyretá. A percepção de que a integração por meio de infraestruturas de geração e transmissão de energia elétrica seria um caminho para a integração regional era compartilhada entre as Chancelarias dos países platinos no contexto da década de 1960 (Cabral, 2004, p. 100-103). Nesse sentido, a criação do CIC e a assinatura do TBP formalizaram esse entendimento ao estabelecer as bases institucionais para a cooperação, conforme demonstrado no subtópico 3.1. Tanto nos momentos iniciais de criação de uma agenda de cooperação quanto nos momentos posteriores, houve uma orientação a níveis político, técnico e econômico de utilizar o aparato institucional criado em torno das águas transfronteiriças e das infraestruturas como instrumento para promoção da integração regional.[7] Ao olhar para a Bacia Amazônica, percebe-se que, as dificuldades de institucionalização do TCA como instrumento de cooperação e busca pela integração regional tiveram relação com os próprios termos do TCA. Essa perspectiva é representada tanto pela ausência, no texto do TCA, de um tratamento da Bacia Amazônica de forma integrada, quanto pela falta de uma orientação do TCA como um veículo para a integração regional (Velasco, 1979).

Ainda que atualmente uma linguagem mais integrativa seja utilizada entre os países amazônicos, houve atrasos significativos no desenvolvimento de uma estrutura institucional robusta de promoção tanto da cooperação quanto da integração regional. A criação da OTCA foi uma tentativa de reverter esse quadro. Não obstante, conforme demonstrado no subtópico 3.2, o funcionamento da OTCA continua a acontecer com um grau de institucionalização limitado. Inexiste uma agenda consensual entre os membros da OTCA para o tratamento das problemáticas estruturais que envolvem o compartilhamento da Bacia Amazônica.

Em termos de desenvolvimento de projetos de infraestrutura e integração física, além dos aspectos políticos, há de se considerar as complexidades da região amazônica em níveis geográfico, social e ambiental.[8] Em momentos históricos recentes, a IIRSA foi a principal iniciativa com o propósito de conectar os países sul-americanos por meio de redes de infraestruturas físicas (Costa; Gonzalez, 2014). Dentro de seu desenho, a IIRSA contemplava eixos para a conexão física de diferentes pontos da região amazônica e andina. Não obstante, diversas críticas foram dirigidas quanto aos propósitos pensados para o estabelecimento da IIRSA. As críticas mais contundentes diziam respeito ao fato de a iniciativa ser concentrada em uma visão logística da integração que traria poucos benefícios para as populações amazônicas e, por outro lado, ocasionaria grandes impactos negativos em termos sociais e ambientais (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

Por ser pensada e coordenada em uma estrutura institucional que não tem relação direta com a OTCA, a IIRSA priorizou o comércio como fim para a integração, atendendo a interesses de grupos seletivos e criando poucos incentivos para aspectos da integração em termos sociais e culturais. A Declaração de Belém, no entanto, contempla em seu texto a necessidade de promoção da integração amazônica, considerando suas particularidades sociais e ambientais aliadas ao desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. O documento enfatiza as infraestruturas de comunicação e de geração e distribuição de energia elétrica como prioritárias.[9] Há, dessa forma, conforme dito no texto da Declaração, um novo esforço de fortalecimento da OTCA como instância centralizadora dos esforços para a promoção da cooperação e integração entre os países da Bacia Amazônica. Dentro desse novo concerto, as águas transfronteiriças também são reconhecidas como um tema essencial de cooperação entre os membros da OTCA[10].

[7] Veja, por exemplo, o documento da Declaração conjunta dos chanceleres dos países da Bacia do Prata, citado no subtópico 3.1.

[8] Em termos comparativos, existem diferenças sensíveis entre a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica no tocante a esses aspectos. A questão ambiental é talvez a mais sensível, pois engloba todas as outras.

[9] Pontos 69 e 70 da Declaração de Belém.

[10] Pontos 29 a 32 da Declaração de Belém.

Ponto importante de reflexão acerca da Declaração de Belém é a menção no texto à soberania dos países amazônicos sobre seus territórios. A palavra soberania é mencionada três vezes em contexto territorial. No subtópico 3.2, a questão da soberania foi apresentada como uma variável que ajuda a explicar a ineficácia do TCA como instrumento para a cooperação e a integração regional. Não está no escopo dessa pesquisa tratar das questões de segurança, no entanto, cabe mencionar a recente disputa territorial entre a Guiana e a Venezuela como um fator de preocupação a esse respeito. Existe a percepção de que a região amazônica esteja inserida em um "arco de instabilidade" em contraponto com um "arco da estabilidade" na região platina (Medeiros Filho, 2010). Pensar sobre como questões de instabilidade e estabilidade em termos territoriais e de segurança influenciam as dinâmicas da cooperação amazônica pode ser um exercício analítico frutífero.

A comparação entre os processos de cooperação na Bacia do Prata e na Bacia Amazônica evidencia trajetórias institucionais distintas, moldadas por fatores políticos e estratégicos próprios de cada uma das regiões. No caso da Bacia do Prata, a construção de um arcabouço institucional voltado à cooperação transfronteiriça em torno das águas e das infraestruturas teve papel central na promoção da interdependência entre os países. Esse processo contribuiu para a formação de bases institucionais que culminaram na criação do MERCOSUL. O alinhamento de interesses voltado à integração física e energética contribuiu para fortalecer os laços políticos e econômicos entre os países platinos.

Já na Bacia Amazônica, a institucionalização da cooperação ocorreu de maneira fragmentada, refletindo receios dos Estados amazônicos em comprometer sua soberania sobre seu território. A criação do TCA e, posteriormente, da OTCA, não resultou na construção de uma agenda comum efetiva, limitando a institucionalização da cooperação na região a escassos encontros diplomáticos e projetos de cooperação técnica de escopo limitado. A Declaração de Belém sinaliza um esforço para reposicionar a OTCA como um espaço de coordenação para a cooperação amazônica. No entanto, o histórico de baixa interdependência política entre os países amazônicos, somado às dificuldades institucionais da OTCA e às deficiências estruturais que envolvem a região, sugere que ainda há desafios significativos para a consolidação de uma cooperação mais efetiva entre os países da Bacia Amazônica para fins da integração regional.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi compreender de que forma a governança das águas transfronteiriças e o desenvolvimento de infraestruturas podem contribuir para a construção de uma agenda de cooperação robusta entre os países amazônicos, tomando como referência a experiência da Bacia do Prata. A análise histórico-comparada mostrou que, no contexto platino, a convergência de interesses em torno de recursos hídricos compartilhados e de projetos de infraestrutura gerou interdependência, estimulou a criação de instituições duradouras – como o CIC – e forneceu mecanismos para a prevenção e gestão de conflitos. Esse processo não apenas estruturou a integração física e energética, como também viabilizou uma base política para iniciativas regionais de longo prazo que se consolidaram na criação do MERCOSUL.

No caso amazônico, a trajetória institucional da integração foi marcada por uma ênfase persistente na soberania nacional e pela fragmentação de agendas, o que limitou a capacidade do TCA e, posteriormente, da OTCA de se afirmarem como instâncias efetivas de promoção da integração. Os processos cooperativos da Bacia do Prata indicam que a superação dessa fragilidade passa pelo fortalecimento institucional da OTCA, assim como pelo aprimoramento da conectividade entre os países amazônicos. Aliado a isso, é necessária a construção de uma agenda regional que alinhe objetivos sociais, políticos, econômicos e ambientais, de modo a gerar interdependência, estabilidade e confiança entre os países amazônicos.

É preciso reconhecer que o espaço amazônico reúne complexidades sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais e geográficas de grande magnitude e abrangência. A diversidade de povos e modos de vida, as desigualdades

regionais, as assimetrias nas capacidades estatais, as fronteiras naturais do território e a sensibilidade ecológica tornam a construção de consenso mais desafiadora. Não obstante, por concentrar tamanha diversidade e riqueza natural, a Bacia Amazônica exige uma agenda de cooperação que seja capaz de conciliar preservação ambiental, uso sustentável de seus recursos e promoção do desenvolvimento regional. Frente ao avanço das mudanças climáticas e à pressão crescente sobre os recursos naturais, essa agenda deixa de ser uma opção e se torna uma necessidade estratégica para os países que compartilham a Amazônia.

A Declaração de Belém, ao reafirmar o papel da OTCA e reconhecer a centralidade das águas transfronteiriças e das infraestruturas para a integração amazônica, estabelece um marco político favorável à adoção de medidas concretas. O desafio é converter esse impulso em projetos e políticas capazes de transformar recursos compartilhados – como as águas e as infraestruturas – em instrumentos efetivos de integração regional, caminho que a experiência da Bacia do Prata já demonstrou ser promissor.

Referências

ADAR, K. G. Kenya's Foreign Policy and Geopolitical Interests: The Case of the Nile River Basin. **African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie**, v. 11, n. 1, p. 63–80, 2007.

ADDIE, J.-P. D.; GLASS, M. R.; NELLES, J. Regionalizing the infrastructure turn: a research agenda. **Regional Studies, Regional Science**, v. 7, n. 1, p. 10–26, 2020.

AGÊNCIA GOV. **Adoção da Declaração de Belém pelos Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica**, 2023. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/adocao-da-declaracao-de-belem-pelos-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica. Acesso em: 25 mar. 2025.

ALBUQUERQUE, M. Como passar do nível técnico ao estratégico? Recomendações para a estratégia internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). **Boletim OPSA**, v. 3, n. jul./set., p. 25–33, 2024.

AMADOR-JIMENEZ, L.; WILLIS, C. J. Demonstrating a correlation between infrastructure and national development. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 19, n. 3, p. 197–202, 2012.

ANSAR, A.; FLYVBJERG, B.; BUDZIER, A.; LUNN D. Should we build more large dams? The actual costs of hydropower megaproject development. **Energy Policy**, v. 69, p. 43–56, 2014.

ANTIQUERA, D. DE C. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. 2006. 202f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, n. 42, p. 14–33, 2018.
BARANYAI, G. Transboundary water governance in the European Union: the (unresolved) allocation question. **Water Policy**, v. 21, n. 3, p. 496–513, 2019.

BARANYAI, G. Transboundary Water Governance in the European Union. In: BARANYAI, G. (Ed.). **European Water Law and Hydropolitics:** An Inquiry into the Resilience of Transboundary Water Governance in the European Union. Cham: Springer International Publishing, 2020, p. 79–112.

BETIOL, L. **Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BLANC, J. Itaipu's Forgotten History: The 1965 Brazil–Paraguay Border Crisis and the New Geopolitics of the Southern Cone. **Journal of Latin American Studies**, v. 50, n. 2, p. 383–409, 2018.

BRESSAN, R. N.; GARCIA, T. DE S. L. Mercosur and Environment: progress in promoting the Sustainable Development Goals and the 2030 Agenda. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 66, n. 2, e017, 2023.

BROWN, J. C.; PURCELL, M. There's nothing inherent about scale: political ecology, the local trap, and the politics of development in the Brazilian Amazon. **Geoforum**, v. 36, n. 5, p. 607–624, 2005.

BUEGER, C.; LIEBETRAU, T.; STOCKBRUEGGER, J. Theorizing Infrastructures in Global Politics. **International Studies Quarterly**, v. 67, n. 4, p. sqad101, 2023.

CABRAL, L. M. M. **Energia elétrica e integração na América do Sul**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.

CASCÃO, A. E. Ethiopia–Challenges to Egyptian hegemony in the Nile Basin. **Water Policy**, v. 10, n. 2, p. 13–28, 2008.

CHEN, C. L.; VICKERMAN, R. Can transport infrastructure change regions' economic fortunes? Some evidence from Europe and China. **Regional Studies**, v. 51, n. 1, p. 144–160, 2017.

CIC. **Transboundary Diagnostic Analysis for the La Plata Basin TDA**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata - CIC, 2017.

COSTA, C. E. L.; GONZALEZ, M. J. F. Infraestrutura e integração regional: a experiência da IIRSA na América do Sul. **Boletim de Economia Política Internacional - BEPI**, v. 18, n. set./dez., p. 23–40, 2014.

COTRIM, J. R. **Notas sobre os antecedentes da criação de ltaipu Binacional**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1999.
DEBERNARDI, E. **Apuntes para la Historia de Itaipu**. Assunción: Editorial Gráfica Continua, 1996.

DECLARACIÓN CONJUNTA DE LOS CANCILLERES DE LOS PAÍSES DE LA CUENCA DEL PLATA. 1967. Disponível em: https://cicplata.org/es/documentos/#1481159074405-9f0ad476-8eec. Acesso em: 23 jan. 2025.

DECLARAÇÃO DE BELÉM. 2023. Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/10/Declaracao-de-Belem.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

DIAS, W. Infrastructure as a diplomatic tool: the role of Itaipu in Brazilian foreign policy discourse and practice (1960-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 1, e006, 2025.

DINAR, S.; KATZ, D.; DE STEFANO, L.; BLANKESPOOR, B. Climate change, conflict, and cooperation: Global analysis of the effectiveness of international river treaties in addressing water variability. **Political Geography**, v. 45, p. 55–66, 2015.

DORE, J.; LEBEL, L.; MOLLE, F. A framework for analysing transboundary water governance complexes, illustrated in the Mekong Region. **Journal of Hydrology**, v. 466–467, p. 23–36, 2012.

ESPÍNDOLA, I. B.; RIBEIRO, W. C. Transboundary waters, conflicts and international cooperation - examples of the La Plata basin. **Water International**, v. 45, n. 4, p. 329–346, 2020.

FEARNSIDE, P. M. Impacts of Brazil's Madeira River Dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Science & Policy**, v. 38, p. 164–172, 2013.

FILIPPI, E. E.; MACEDO, M. V. A Conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. **Revista Tempo do Mundo**, v. 27, n. dez., p. 191–214, 2021.

FOLCH, C. **Hydropolitics: The Itaipu Dam, Sovereignty, and the Engineering of Modern South America**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

FRANÇA, C. A. F. **Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira**. Brasília: FUNAG, 2015.

GILBERT, M. Narrating the Process: Questioning the Progressive Story of European Integration. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 46, n. 3, p. 641–662, 2008.

GLASS, M. R.; ADDIE, J.-P. D.; NELLES, J. Regional infrastructures, infrastructural regionalism. **Regional Studies**, v. 53, n. 12, p. 1651–1656, 2019.

HASSAN, H. A.; RASHEEDY, A. A. The Nile River and Egyptian Foreign Policy Interests. **African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie**, v. 11, n. 1, p. 25–37, 2007.

HO, S. 'Big brother, little brothers': comparing China's and India's transboundary river policies. **Water Policy**, v. 18, n. S1, p. 32–49, 2016.

JEROME, A.; NABENA, D. Infrastructure and Regional Integration in Africa. In: LEVINE, D. H.; NAGAR, D. (Eds.). **Region-Building in Africa: Political and Economic Challenges**. New York: Palgrave Macmillan US, p. 89–108, 2016.

KLIMES, M.; MICHEL, D., YAARI, E.; RESTIANI, P. Water diplomacy: The intersect of science, policy and practice. **Journal of Hydrology**, v. 575, p. 1362–1370, 2019.

LEANDER, A. Locating (new) materialist characters and processes in global governance. **International Theory**, v. 13, n. 1, p. 157–168, 2021.

MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (EDS.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARTÍ-HENNEBERG, J. From State-Building to European Integration: The Role of the Railway Network in the Territorial Integration of Europe, 1850–2020. **Social Science History**, v. 45, n. 2, p. 221–231, 2021.

MEDEIROS FILHO, O. **Entre a cooperação e a dissuasão:** políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese de Doutorado - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

MENEZES, R. G.; BARBOSA JR., R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, n. 2, p. 229–247, 2021.

MENGA, F. Domestic and international dimensions of transboundary water politics. **Water Alternatives**, v. 9, n. 3, p. 704–723, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).** 2024. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca. Acesso em: 14 mar. 2025.

NEVES, B. C.; HONÓRIO, K. DOS S. Infrastructure as a Geopolitical Lever: Strategic Dynamics in Latin America's Global Power Struggle. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 67, n. 2, e021, 2024.

NUNES, P. H. A organização do tratado de cooperação amazônica: uma análise crítica das razões por trás da sua criação e evolução. **Revista de Direito Internacional**, v. 13, 2016.

PASSOS, T. V. Conexão física e integração política na América do Sul com foco no desenvolvimento socioeconômico: uma análise do Eixo Amazonas. **Documento de projeto.** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2013.

PETRY, J. Beyond ports, roads and railways: Chinese economic statecraft, the Belt and Road Initiative and the politics of financial infrastructures. **European Journal of International Relations**, v. 29, n. 2, p. 319–351, 2023.

POCHAT, V. International Agreements, Institutions and Projects in La Plata River Basin. **International Journal of Water Resources Development**, v. 27, n. 3, p. 497–510, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **POLIS, Revista Latinoamericana**, v. 11, n. 31, 2012.

RAVENA, N.; CAÑETE, V. R. Reflexões sobre a integração pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 131–143, 2007.

RICUPERO, R. O Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista de Informação Legislativa**, v. 21, n. 81, p. 177–196, 1984.

ROGERS, S.; FUNG, Z.; LAMB, V.; GAMBLE, R.; WILMSEN, B.; WU, F.; HAN, X. Beyond state politics in Asia's transboundary rivers: Revisiting two decades of critical hydropolitics. **Geography Compass**, v. 17, n. 4, p. e12685, 1 abr. 2023.

SCHIPPER, F.; SCHOT, J. Infrastructural Europeanism, or the project of building Europe on infrastructures: an introduction. **History and Technology**, v. 27, n. 3, p. 245–264, 2011.

SCHOT, J. Transnational Infrastructures and the Origins of European Integration. In: BADENOCH, A.; FICKERS, A. (Eds.). **Materializing Europe:** Transnational Infrastructures and the Project of Europe. London: Palgrave Macmillan UK, p. 82–109, 2010.

SIEGEL, K. M. Regional Environmental Cooperation in the La Plata River Basin. Em: SIEGEL, K. M. (Ed.). **Regional Environmental Cooperation in South America: Processes, Drivers and Constraints**. London: Palgrave Macmillan UK, p. 91–121, 2017.

SILVA-MULLER, L.; SPOSITO, H. Which Amazon problem? Problem-constructions and transnationalism in Brazilian presidential discourse since 1985. **Environmental Politics**, v. 33, n. 3, p. 398–421, 2024.

SNEDDON, C.; FOX, C. Rethinking transboundary waters: A critical hydropolitics of the Mekong basin. **Political Geography**, v. 25, n. 2, p. 181–202, 2006.

SOITO, J. L. DA S.; FREITAS, M. A. V. Amazon and the expansion of hydropower in Brazil: Vulnerability, impacts and possibilities for adaptation to global climate change. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 15, n. 6, p. 3165–3177, 2011.

SOUZA, M.; VELOSO, F. T.; DOS SANTOS, L. B. Governança de recursos comuns: bacias hidrográficas transfronteiriças. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 152–75. 2014.

TAWFIK, R. The Grand Ethiopian Renaissance Dam: a benefit-sharing project in the Eastern Nile? **Water International**, v. 41, n. 4, p. 574–592, 6 jun. 2016.

TICHENOR, M.; MERRY, S. E.; GREK, S.; BANDOLA-GILL, J. Global public policy in a quantified world: Sustainable Development Goals as epistemic infrastructures. **Policy and Society**, v. 41, n. 4, p. 431–444, 2022.

TRATADO DA BACIA DO PRATA. 1969. Disponível em: https://www.fonplata.org/sites/default/files/paginas-fonplata/archivos/Tratado%20da%20Bacia%20do%20Plata_0.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

VELASCO, J. E. G. Pacto Amazónico y Tratado de la Cuenca Del Plata: Analogías y Diferencias. **Revista de Política Internacional**, n. 165, p. 75–92, 1979.

VIJ, S.; WARNER, J.; BARUA, A. Power in water diplomacy. **Water International**, v. 45, n. 4, p. 249–253, 2020.

VILLAR, P. C.; RIBEIRO, W. C.; SANT'ANNA, F. M. Transboundary governance in the La Plata River basin: status and prospects. **Water International**, v. 43, n. 7, p. 978–995, 2018.

WHEELER, K. G.; BASHEER, M.; MEKONNEN, Z. T.; ELTOUM, S. O.; MERSHA, A.; ABDO, G. M.; DADSON, S. J. Cooperative filling approaches for the Grand Ethiopian Renaissance Dam. **Water International**, v. 41, n. 4, p. 611–634, 2016.

WOLF, A. T. "Water Wars" and Water Reality: Conflict and Cooperation Along International Waterways. Em: LONERGAN, S. C. (Ed.). **Environmental Change, Adaptation, and Security**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1999, p. 251–265.

YIHDEGO, Z.; RIEU-CLARKE, A.; CASCÃO, A. E. How has the Grand Ethiopian Renaissance Dam changed the legal, political, economic and scientific dynamics in the Nile Basin? **Water International**, v. 41, n. 4, p. 503–511, 2016.

ZEITOUN, M.; WARNER, J. F. Hydro-hegemony: a framework for analysis of trans-boundary water conflicts. **Water Policy**, v. 8, n. 5, p. 435–460, 2006.

ZUGAIB, E. **A hidrovia Paraguai-Paraná**. Brasília: FUNAG, 2006.

Funções de colaboração exercidas	
Wilton Dias	*Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Recursos; Obtenção de financiamento; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);*

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)